

**SÚMULA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CEP-CAU/RS**

DATA:	29 de agosto de 2018	HORÁRIO:	14h30
LOCAL:	Sede do CAU/RS (Rua Dona Laura, 320 – Rio Branco) Porto Alegre – RS		

PARTICIPANTES:	Tiago Holzmann da Silva	Presidente
	Ortiz Adriano Adams de Campos	Coordenador
	Helenice Macedo do Couto	Coordenadora Adjunta
	Matias Revello Vazquez	Membro
	Marcia Elizabeth Martins	Membro Suplente
ASSESSORIA E APOIO:	Denise Lima	Secretária Executiva
	Gelson Luiz Benatti	Gerente de Planejamento
	Karla Ronsoni Riet	Arquiteta e Urbanista
	Marina Leivas Proto	Gerente de Atendimento e Fiscalização
	Raquel Dias Coll Oliveira	Arquiteta e Urbanista
	Rodrigo Jaroseski	Arquiteto e Urbanista
CONVIDADOS:	Carlos Alberto Sant'Ana	Representante da Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC)
	Giorgio Ronna	Secretário de Cultura de Pelotas (SECULT)
	Gisela de Albuquerque Frattini	Gerente do Setor de Memória e Patrimônio da Secretaria Municipal da Cultura de Pelotas (SECULT)
	Jacqueline Custódio	Coordenadora do Colegiado Setorial de Memória e Patrimônio/RS
	Jorge Luis Stocker Júnior	Conselheiro do CAU/RS
	Juliana Erpen	Superintendente do IPHAN
	Lisandra Bidone Barrios Weiler	Representante do IPHAE
	Lucas Volpato	Representante do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/RS)
	Vinicius Vieira de Souza	Conselheiro do CAU/RS

**I. Verificação de quórum**

Presenças	É registrada a presença dos conselheiros da CEP, empregados do CAU/RS e convidados acima mencionados.
-----------	---

**II. Ordem do dia**

1.	<b>Patrimônio Histórico do Rio Grande do Sul</b>
Fonte	Comissão de Exercício Profissional
Relator	Ortiz Adriano Adams de Campos
Discussão	O Presidente Tiago abre a reunião agradecendo a presença de todos, fala sobre a importância de se tratar a respeito do Patrimônio Histórico do Estado e solicita que cada um se apresente. Informa que o arq. e urb. Edgar Bittencourt da Luz enviou uma correspondência justificando a sua ausência nesta reunião. A seguir, Tiago faz uma breve introdução a respeito do CAU/RS, quando menciona que encontra-se encartado, dentre os materiais distribuídos, um folheto sobre a plataforma da atual Gestão onde estão descritos os três principais campos de atuação para o período 2018/2010. Acrescenta que este Conselho está aberto para discutir e complementar o referido conjunto de propostas. Esclarece, ainda, que entende o CAU/RS como um parceiro, que tem um papel bastante claro descrito





pela legislação, bem como complementar junto com as demais instituições e entidades de gestão governamental da administração pública - IPHAN, IPHAE, EPAHC, Secretarias e Conselhos de Cultura de cada município - e também com as entidades da área do Patrimônio, que são inúmeras no estado todo. E neste papel complementar, o CAU/RS vem realizando reuniões específicas como esta com o objetivo de entender claramente qual o papel que o Conselho pode cumprir. Entende que na qualidade de fiscalizador do exercício da profissão e também do exercício ilegal da profissão, poderá contribuir com as entidades e as prefeituras neste sentido. Vê o Patrimônio como um tema muito delicado e que, muito comumente, sai perdendo, e ressalta a dificuldade em implantar e manter políticas de defesa e promoção do Patrimônio. Coloca o CAU/RS à disposição para ajudar na implantação e na permanência dessas políticas. Vê como muito importante a aproximação deste Conselho e a busca de propostas mais efetivas e de boas práticas que alguns municípios, como Pelotas, já têm com relação à preservação e à promoção. Ou seja, como estimular o proprietário a se interessar pela preservação e como criar uma política sólida visando enfrentar a especulação imobiliária, que está diretamente relacionada aos Planos Diretores e dos instrumentos de proteção da história e da cultura das nossas cidades. Conclui convidando todos a participarem do Seminário de Exercício Profissional, que ocorrerá nos dias 13 e 14 de setembro, quando, entre outros temas, se abordará o Patrimônio Histórico.

O Conselheiro Ortiz recebe a palavra e relata que até 2017 o CAU/RS limitou-se a conhecer o estado geral do Patrimônio Histórico do Estado, porém agora a Comissão de Exercício Profissional deseja tratar de maneira exemplar e exaustiva esta questão, tendo em vista a sua óbvia relevância. Informa que pensou-se na realização de cinco reuniões, sendo esta a segunda delas. A primeira reunião, ocorrida em 11/07, reuniu representantes da Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC), do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/RS) e do Conselho Estadual de Cultura (CEC/RS), além dos Conselheiros do CAU/RS. Esclarece que o objetivo destas reuniões é ouvir o que aqueles que lidam com o Patrimônio Público têm a dizer, visto que o CAU/RS está abrindo um espaço para trabalhar em conjunto, para somar neste trabalho que tanto necessita. Ressalta que o ano de 2018 tem sido de muitos ataques, de muitas perdas, como nos casos do FUNPOA e do MONUMENTA, que indicam a chegada de tempos piores. Informa que a próxima reunião se dará no dia 10/10, cuja pauta ainda não foi estabelecida, porém deverá abarcar uma compilação dos materiais produzidos nas duas primeiras (11/07 e 29/08) e também no Seminário (14/09). O objetivo será lançar uma diretriz gaúcha, cujo nome ainda será definido. Comunica que nos dias 08 e 09/11, ocorrerá um evento sobre a Arquitetura Gaúcha liderado pela CPUA, momento que poderemos mostrar à Comunidade do Rio Grande do Sul o que a atual Gestão do CAU/RS pensa em trabalhar com afinco e determinação nos anos de 2019 e 2020.

O Conselheiro Vinícius solicita que sejam distribuídas cópias da súmula da reunião anterior (11/07) aos presentes, a fim de que se inteirem do que foi tratado e possam colaborar sem se repetirem em relação ao que foi já versado. Sugere que o produto deste conjunto de reuniões possa ser materializado, ou seja, impresso e que sirva como registro, além de material educativo.





O Conselheiro Oritz esclarece que a súmula da reunião anterior não foi apresentada aos presentes propositalmente, visando deixá-los livres para exporem naturalmente as suas manifestações sobre o tema. Propõe, então, um primeiro eixo para discussão: “qual seria o papel inicial do CAU/RS em relação ao Patrimônio Histórico?”, “como o CAU/RS poderia ajudar?”, “é possível seguir o viés institucional, realizando campanhas publicitárias?” ou “seguir o viés jurídico?” ou o da fiscalização?”. Existem diversas facetas nas quais o CAU/RS poderá legalmente atuar.

Carlos Sant’Anna, na qualidade de ex-Conselheiro desta casa e também como representante das entidades e instituições que militam em prol do Patrimônio, propõe que se pense onde seria mais interessante e mais proveitoso o CAU/RS intervir. Levando em consideração que a Comissão de Exercício Profissional vem se ocupando do assunto, que é totalmente afeito à mesma, poderia ser abordada a prática por leigos, bem como o reconhecimento de outras profissões, tais como a dos restauradores, que é muito necessária para os arquitetos, promovendo um debate e um espaço que eles podem e devem ocupar, que precisa ser reconhecido. E que além de estabelecer os limites onde somente os arquitetos podem atuar, seja possível promover aquelas profissões que são colaboradoras, porém não devem se misturar com as atribuições dos arquitetos. Vê como relevante definir a atuação do CAU/RS não apenas através do seu poder de polícia quanto no exercício profissional, porém prioritariamente no esclarecimento, na promoção do conhecimento de todas as pessoas envolvidas – arquitetos ou não – no que é o seu papel no assunto. Outra questão que lhe parece importante também seria uma abordagem do CAU/RS como promotor junto aos entes políticos, pois o Patrimônio, como qualquer outra causa, é uma questão política, que em determinados períodos da história é mais aceitável, tem mais força, e em outros é perseguido por ser um estorvo para o poder dominante. Quando o registro do Patrimônio surgiu no Brasil, era a ideia da defesa do status Nacional. Já as posteriores abordagens do Patrimônio, ou seja, a Constituição de 1988 e outras abordagens que já valorizaram mais as influências comunitárias, as identidades locais, elas valorizaram os seus aspectos, porém na atualidade nenhum deles é no que se refere à internacionalização dos valores, à liquefação da identidade nacional, da economia nacional e estão todos sendo liquidados pelo neoliberalismo. Isto vem levando a uma arquitetura meio plastificada, sem critérios e que pensa que deveria ser debatido pelo CAU, inclusive com os agentes políticos, demonstrando a real importância do Patrimônio Histórico.

Jaqueline diz que a sua contribuição para o grupo se limita à forma como a sociedade civil se posiciona a respeito, baseada na sua experiência dentro do Colegiado Setorial de Memória e Patrimônio - RS e no contato com outros entes públicos. Afirma desconhecer as funções do CAU/RS, porém como participante de mobilizações, questiona o que o Conselho poderia fazer para que estes movimentos, que muitas vezes ocorrem de forma espontânea (como no Bairro Petrópolis), no sentido de dar sustentação, e talvez também tratar pessoalmente com os Vereadores, visto que se faz necessário ser ouvido por estes e apresentar fatos, números, que não considerados. Vislumbra a perspectiva de a sociedade civil entrar nesta causa com o apoio do CAU/RS.





O Conselheiro Vinícius acrescenta, em resposta à Coordenadora Jaqueline, como uma das possibilidades o estabelecimento de parceria. Diz que, geralmente quando se olha para o Patrimônio, costuma-se contemplar o histórico e fazer um diagnóstico - quando se percebe que a situação é paupérrima, então parte-se para a defesa em virtude da grande sensação de perda. No entanto, buscando fazer um paralelo com o Colegiado Setorial de Memória e Patrimônio – RS, verificam-se iniciativas positivas de atuação, porém sugere que seja resgatado o que se tratou na reunião anterior, no que diz respeito às formas de financiamento possíveis hoje, tanto para o patrimônio público quanto para o privado. Cita como exemplo os fundos municipais, estaduais e federais e as leis de incentivo, que deveriam ser melhor divulgadas, visto que muitos produtores culturais as desconhecem ou não sabem como utilizá-las, deixando de aproveitá-las. Sugere, então, aproveitar as Oficinas de Capacitação para Produtores Culturais da SEDACTEL - Secretaria de Estado da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do RS, em uma parceria com Colegiado Setorial de Memória e Patrimônio – RS e o CAU Mais Perto, desenvolvendo-as e oferecendo-as também aos captadores nos municípios do interior do estado. Presume que teria um custo baixo e muita efetividade, objetivando divulgar para a comunidade cultural a fim de que encaminhe seus projetos.

O Conselheiro Jorge relata a sua experiência como integrante do ICOMOS, tendo participado recentemente do Simpósio ICOMOS, ocasião em que se discutiu a atual crise institucional que o país está vivendo em vários níveis, concluindo-se sobre a necessidade da constituição de espaços de mediação. Acredita que esta pode ser uma possibilidade de atuação do CAU/RS, o que já vem de certa forma ocorrendo através deste conjunto de reuniões com agentes externos, visando chegar a um comum acordo e que também poderia ser ampliado para a divulgação entre aqueles que ainda não estão inclinados a proteger o patrimônio. Como morador da região de Campo Bom, São Leopoldo, Ivoti e Dois Irmãos, relata a sua dificuldade em esclarecer, resolver pequenas situações junto aos gestores de cultura e produtores culturais, pois todos declaram que a LIC é inviável. Pensa ser importante, então, organizar capacitações necessárias tanto para os produtores entenderem o que é um Projeto de Patrimônio e identificarem os perfis de possíveis patrocinadores quanto para os profissionais atuantes na área seguirem as respectivas normativas para restauros. Este é um dos problemas a serem discutidos no âmbito do Conselho Estadual de Cultura e da SEDACTEL para que venha a contemplar mais especificamente, inclusive o que o IPHAN já contempla na Portaria 420/2010, que descreve o mínimo que um restauro deve ter, o que seria um pequeno avanço. Manifesta que a sua contribuição é pensar na criação de novos espaços para mediação, além do CAU/RS, sendo que os municípios e o estado possuem conselhos, colegiados, fóruns setoriais, que muitas vezes estão esvaziados e que precisam ser respeitados e contemplados para que a população ingresse neles e que passem a ser espaços para discussão.

Lucas pensa que o debate sendo levado para a área de captação e legislação vem muito a calhar e que tem muita curiosidade em ouvir sobre a experiência em Pelotas que parece ser bastante rica. Recorda que o Conselheiro Oritz, durante a reunião do dia 11/07, questionou se era mais vantajoso ter um prédio com uma humilde proteção do que não ter nada, quando lhe respondeu que sim, era vantajoso, pois somente haviam leis como o FUNPOA, a LIC e a Rouanet. Pensa





que este Conselho, por ter abrangência Federal, poderia trabalhar junto com o Ministério e o Governo do estado e divulgar, conjuntamente com o Conselho de Cultura, como é legal investir em Patrimônio Histórico. Esclarece que a primeira barreira são os projetos mal elaborados por profissionais que evidentemente não têm qualificação porque não está na gênese da formação do arquiteto na universidade o Patrimônio Histórico - ela aparece somente no final (7º semestre), quando o aluno já passou por diversas experiências e talvez se encante com o tema que lhe é apresentado tardiamente. Já a segunda barreira diz respeito ao enquadramento e à aprovação na lei e, posteriormente, ainda captar patrocínio, ou seja, como apresentar o projeto aos empresários, que entendem que o restauro de um prédio significará que dentro de 20 anos estará se degradando novamente, parecendo que o dinheiro empregado foi fora. Sant'Anna questiona se o problema não seria da legislação ou do modelo de incentivo e da bagunça fiscal. Lucas concorda e relata a extinção do FUNPOA, que foi um caso de sucesso. Acredita na importância de uma forte divulgação de que investir em patrimônio e restauro significa perpetuar a memória, levar herança para as próximas gerações. Pela sua experiência em captação de verba para restauro, diz que é muito duro, muito desanimador. Relata sua vivência no restauro de uma igreja, cujo primeiro impasse é a questão religiosa e depois o alto custo do projeto, o que necessita recorrer a grandes empresas que já não investem mais em projetos regionais. Sugere que a divulgação deveria contemplar exemplos que deram certo, como a Biblioteca Pública do Estado realizado pelo BNDES, cuja etapa já pronta ficou muito boa. Também a Igreja das Dores, que foi um projeto LIC e contou com o patrocínio 100% da BRASKEM. Pensa que divulgar casos de sucesso seja o caminho. Acredita que não basta se preocupar com a qualificação do arquiteto, porque de nada adiantará se não for possível obter o valor.

Juliana deseja se manifestar sobre a LIC e a Rouanet. Primeiramente, informa que participou ativamente da reestruturação da LIC em 2007-2008, quando o TCE estava para paralisar a legislação devido ao estoque que havia de projetos de patrimônio histórico, razão pela qual ficou a implementação do FAC com 25% para outros eventos e 5% para patrimônio cultural. Demonstra-se bastante preocupada com a proposta de o CAU/RS, uma autarquia federal, realizar oficinas de capacitação para produtores culturais. Explica informando que cada autarquia estadual ou federal possui atribuições específicas. Desta forma, ela entende que, na condição de arquiteta e contribuinte do CAU, estaria saindo da regra. Acredita que seria legal e legítimo realizar uma capacitação para que os projetos de arquitetura para patrimônio fossem então divulgados com esse benefício, pois não compete ao CAU fazer propaganda da LIC ou da Rouanet, mas sim à SEDACTEL ou ao MINC, o que seria uma sobreposição de competências. Pensa que seria de grande importância o CAU atuar de forma que os projetos de arquitetura sejam contemplados, visto que as atuais leis de incentivos abarcam somente a obra em si. No momento, os arquitetos precisam assumir projetos de risco para, se a obra for contemplada e obtiver patrocínio, realizá-la e receber o valor que lhe compete. Então, neste momento, o CAU poderia atuar muito ativamente pressionando.

Sant'Anna contemporiza que talvez esta tarefa fosse das entidades de classe e que o IAB Nacional já vem atuando neste contexto, obtendo êxito na aprovação de projetos de arquitetura através da lei de incentivo, que ainda estão sendo julgados.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.





Concorda que atuar junto aos produtores culturais não seja atribuição deste Conselho.

O Conselho Jorge retoma o assunto e esclarece que não acredita que o CAU/RS deva tomar todas as pautas para si e executá-las, no entanto, pode fomentar ações dos órgãos responsáveis e ser parceiro.

Juliana acrescenta a possibilidade de o projeto ser objeto do próprio edital, o que já foi discutido no colegiado e realizado no último PAC.

O Conselheiro Vinícius esclarece a importância de gerar uma discussão sobre a LIC, as formas como podem ser feitas e ao que cabe à autarquia, visando amadurecer e alinhar as ações.

Gisela trata sobre os imóveis privados, que em Pelotas são 1.700 imóveis, além dos tombados e inventariados nos níveis federal, estadual e municipal. Na época do MONUMENTA, foi aberto edital para imóveis privados com financiamento a juro zero. E apesar deste receberem a isenção do IPTU e da SECULT manter relações estreitas com os proprietários, não houve nenhum interessado, o que os fez abrir novo edital. No total de três editais, houve somente dois interessados, então optaram por ampliar a área do MONUMENTA, que resultou num total de sete proprietários que estão abastecendo o fundo. Acabou o MONUMENTA, veio o PAC e vieram esses sete, que serviriam como exemplo e que teria um pequeno juro e que não veio. Diz, ainda, que seria bom ter esse programa, esse financiamento, pois as pessoas sentem falta.

Giorgio menciona que a SECULT tem bastante a contribuir com respeito à legislação, visto que essas políticas públicas tiveram início nos anos 1980 e foram crescendo até a criação da Secretaria de Cultura com uma Gerência de Memória e Patrimônio em Pelotas, da qual faziam parte engenheiros, arquitetos e arqueólogos. Comenta que tempos mais sombrios virão e, portanto, gostaria de fazer um apelo a todas as instituições presentes, pois tudo o que ocorre de ruim hoje deve-se à ausência de educação patrimonial no estado. E um dos bons exemplos de Pelotas é contar com educação nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Registra que em uma recente pesquisa sobre o que é motivo de orgulho para o povo realizada naquela cidade, o Patrimônio Histórico ficou em primeiro lugar e a FENADOCE, em segundo. Cita casos de outras cidades cujo patrimônio histórico não é motivo de orgulho para os moradores, pois estes não têm a sensação de pertencimento. Desta forma, ressalta que todos os envolvidos com o patrimônio histórico, sejam eles arquitetos, engenheiros, historiadores, antropólogos, conservadores, restauradores, artífices, precisam trabalhar em conjunto e as instituições devem fomentar as ações de educação patrimonial, o que muito facilitará questões futuras. Um exemplo disso é que empresas procuram a SECULT objetivando transformar prédios que estão em ruínas em imóveis comerciais. Pensa que este tipo de ação pode ser promovido pelo CAU junto ao IPHAN, ao IPHAE, às Prefeituras e universidades em conjunto, visto que dá resultados concretos.

Gisela menciona a parceria mantida entre as universidades, os institutos e a SECULT.





O Presidente Tiago afirma estar buscando construir um entendimento sobre o exposto pelo grupo até o momento e pontua algumas questões, como: (a) a importância dos espaços de mediação para o diálogo com aqueles que conflitam com o Patrimônio Histórico de maneira mais frontal (informa que já se reuniu com o CREA/RS para tratar dos conflitos e das políticas em comum, pelo que o CAU/RS tem sido parceiro do CREA na fiscalização e na impugnação de editais, por exemplo); (b) o apoio e sustentação às mobilizações sobre o tema (cada um pode verificar nas suas instituições como é possível contribuir); (c) a defesa do Patrimônio – propõe inverter esse jogo e tomar a iniciativa de promover e valorizar o PH, através da educação e da comunicação, que são fundamentais, evitando apenas uma posição defensiva; (d) regras – percebe que outros agentes esperam que se forneçam regras claras, o que lhe parece uma sobreposição (o mercado imobiliário busca regiões de Patrimônio para demolir e construir edifícios por serem valorizadas) e pensa que existe um exemplo dentro do próprio estado, que é a cidade de Pelotas, cujos prefeitos têm se destacado na valorização do Patrimônio Histórico e Cultural daquela cidade. Vê como linhas de atuação para este início a política de patrimônio (legislação) e a qualificação técnica (falta de formação dos arquitetos como um coletivo, em parte devido ao reduzido trabalho na área, e também à falta de interesse por parte das construtoras). Comunicação e educação seria uma terceira linha de atuação, ou seja, desenvolver campanhas para que a sociedade entenda o que estamos falando. Já a quarta linha seria a jurídica – tanto de ações de enfrentamento quanto de ações institucionais junto à justiça, ao Ministério Público, aos órgãos que acabam servindo como mediadores de conflitos nesta área. Vê um quadro complexo e que talvez estas reuniões possam servir para posicionar cada uma das instituições dentro desse âmbito.

Sobre a educação patrimonial, o Conselheiro Jorge pensa que além das campanhas que poderão ser realizadas pelo CAU, que envolvam a sociedade e, especialmente, os profissionais arquitetos, esclarecendo qual o seu papel no campo do Patrimônio. No entanto, pensa na educação patrimonial como uma diretriz pedagógica, onde a experiência de Pelotas poderá contribuir muito na formação de novas experiências similares, o que foi debatido recentemente no Conselho Estadual de Cultura. Acredita que devemos somar aos debates aqui realizados no sentido de levar a educação patrimonial para as escolas públicas estaduais, o que muitos municípios já possuem. Uma correlação feita no Conselho Estadual de Cultura foi sobre como as movimentações dos movimentos ambientalistas conseguiram inserir a educação ambiental nos currículos, pois não existe uma disciplina denominada “educação ambiental”, no entanto ela está lá inserida em algumas outras disciplinas, lembrando que o patrimônio cultural está inserido no conceito de meio ambiente, que não é apenas rios e coisas isoladas, mas como um conjunto de como a sociedade lida com esse tema. Sugere fazer um movimento de entendimento, conjuntamente com a Secretaria Estadual de Educação e talvez até mesmo com outras Secretarias, de que deva fazer parte dos currículos escolares. Reforça a relevância do exemplo de Pelotas, no entanto salienta que o estado do Rio Grande do Sul possui 497 municípios e, segundo uma pesquisa realizada por ele próprio junto aos acervos do IPHAN e do IPHAE há alguns anos, cerca de 80 deles possuem inventário de patrimônio culturais, o que preocupa bastante. Ou seja, nem sequer metade dos municípios do estado





reconhece ter, em seu território, algum patrimônio cultural a ser protegido. Sem esse processo de conhecimento, não há nem como fazer a educação, pois ele não está sistematizado. Pensa que a pauta é muito mais extensa e que talvez fosse interessante tratá-la em momento específico e com o cuidado necessário. Reforça a sua preocupação quanto ao inventário dos municípios pelo que esclarece que, nas décadas de 1980/90, uma mobilização interessante dos poderes públicos, quando os estados, a união e os municípios firmaram uma série de convênios para a realização de seus inventários. Desde então, não há uma política estadual de inventários. Houve a implantação do SIG no IPHAN, que foi aplicada em Pelotas, Jaguarão e algumas outras cidades, porém não atingiu a abrangência esperada. Segundo Jorge, existe uma grande confusão, uma falta de consenso, o que gera processos bastantes traumáticos em diversas comunidades, que possuem processos judiciais tramitando há mais de 10 / 15 anos no interior do estado e cujo mote é se eles têm ou não valor como patrimônio cultural. Preocupa-se com o fato de que, apesar do IPHAN possuir o SIG e o IPHAE ter o sistema de rastreamento cultural, as iniciativas seguem desencontradas – não existe um manual de como fazer, mesmo que muitas das prefeituras desejem fazer o correto para proteger o seu patrimônio. Neste momento, faz um relato pessoal – expõe que coordenou, em parceria com o IPHAE, um inventário em Campo Bom no ano de 2016 através de um convênio com a SEDAC na época, quando conseguiram envolver alguns setores da sociedade e constituir um Fórum Setorial, gerando uma evolução bastante significativa nesta área. Houve então uma troca de governo, que não afetou muito o andamento dos trabalhos, porém com muitas dúvidas, a Secretaria de Cultura procurou o IPHAE, que alegou não possuir o inventário de 2016. Concluindo, disse que se faz necessário ter políticas de estado para evitar que fiquemos sempre voltando atrás e também visando criar uma estabilidade no processo.

O Conselheiro Oritz aproveita as colocações do Conselheiro Jorge para fazer duas contribuições: sobre os sistemas utilizados pelo IPHAN e do IPHAE, relata que o CAU utiliza um sistema próprio de georreferenciamento chamado IGEO, para o qual estão sendo migrados alguns imóveis tombados com o objetivo de estabelecer um raio de interferência nestes imóveis, sendo que todo RRT emitido na área de interferência dos mesmos indicará um aviso para o Setor de Fiscalização, o que possibilitará que se verifique se o profissional está atendendo as normativas e estará sujeito a receber uma visita do CAU/RS a fim de averiguar se o RRT se refere a uma reforma ou a um restauro. Relata o caso emblemático da Catedral de Vacaria, onde um acórdão do Desembargador Irineu Mariani esclarece que não há necessidade de uma lei municipal, estadual ou federal para que se estabeleça a relevância do bem para a comunidade. Tal acórdão emitido aqui no estado está subindo para a esfera superior, quando poderá gerar jurisprudência nacional, servindo como instrumento para evitar que se dependa da gestão vigente.

O Conselheiro Matias entende que, baseados nos pontos elencados pelo Presidente Tiago e com o apoio do Gestor de Planejamento Gelson, poderão ser dados alguns encaminhamentos. Por um lado, temos a esfera política, a formação técnica, a educação patrimonial e o âmbito jurídico (prover aos juristas estas informações). Na reunião anterior, havia sido desenhado o seguinte tripé: legislação (planos diretores e leis de incentivo), cultura (memória, valores tangíveis e intangíveis e o reconhecimento do povo) e os valores econômicos. Propõe, então, a seguinte





reflexão: numa situação como a de Pelotas, por um lado o período econômico de pujança da região sul do estado também coincidiu com outros valores e outra formação da sociedade, sendo que o esforço do governo municipal de Pelotas em realizar essa conscientização para uma população com este histórico é diferente do que fazer com uma população cujo histórico é a fé e o trabalho, onde jamais o Patrimônio Histórico poderá se sobrepor à indústria, pois a indústria é o seu maior patrimônio. Por outro lado, a estagnação econômica permite a preservação, visto que ocorre de forma muito mais natural. Afinal, o que atrai as pessoas para uma cidade, questiona? As questões econômicas. Este é o elo de ligação maior para as populações se agregarem nos centros urbanos. Desta forma, pensa que não se pode fugir do debate sobre as questões econômicas, que são preponderantes e pouco apareceram aqui neste conjunto de reuniões. Refere-se ao fato de vivermos um momento de entrincheiramento, onde cada uma das partes fica com os seus ideais, se batendo, porém, sem avançar um mínimo no sentido da convergência. Acredita que aquele que tem o poder econômico ou está na especulação imobiliária, possa entender que há uma possibilidade de negócio efetiva e interessante na preservação do patrimônio, desde que conheça argumentos claros, construídos de forma prática e quem sabe fornecer outras ferramentas de interesse de isenções fiscais. Em caso contrário, estaremos penalizando aqueles que em outro momento investiram na construção de uma cidade melhor, em um patrimônio em detrimento daquele que, no terreno ao lado, não aportou valor algum, porém está submetido a mesma legislação. Sugere que se pense melhor a respeito dos incentivos fiscais, pois os imóveis demolidos pela especulação imobiliária atualmente têm um valor maior do que os incentivos recebidos. Além disso, o processo lhe parece nocivo, pois no caso do índice construtivo, o valor que o cidadão recebe é utilizado livremente por ele sem prever necessidades futuras (manutenção), pelo que sugere a criação de ferramentas que propiciem contrapartidas contínuas ao longo do tempo, o que fomentaria o uso ininterrupto do imóvel e daria vida a esses espaços. É algo difícil de ser definido e trabalhado, porém pensa ser importante aprofundar estes debates, visto que ainda não há uma solução.

Giorgio comenta que em Pelotas, além do Programa MONUMENTA que tratava dos imóveis privados que necessitam de restauro, não havia uma forma de resolver esta questão dos imóveis comerciais. Então, o Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo contratou uma produtora cultura para realizar uma capacitação para os responsáveis pelas diversas edificações comerciais, cujo resultado foi bastante exitoso e se refletirá nos próximos dois anos. Cita o exemplo do Castelo Simões Lopes para o qual pesquisaram exemplos de gestão de Patrimônio Histórico e encontraram uma lei para uso criativo (Rio de Janeiro), que serviu como base para a criação da Lei 6311/2016 do Município de Pelotas. A partir daí, levaram aproximadamente um ano desenvolvendo, adaptando e formatando os processos para atender às demandas que vinham surgindo para o lançamento de uma chamada pública. E a poucos dias, após dois anos, foi efetivamente dado início ao restauro do prédio através do ICMS pela LIC. Aproveita para ressaltar a importância de parceiros como o Ministério Público Estadual e Federal, quando cita outros exemplos juntamente com Gisela. Acrescenta, ainda, que por terem consciência que uma lei pode ser revogada, optaram por tomar os imóveis inventariados de nível 1, cujos levantamentos e plantas arquitetônicas vêm sendo desenvolvidos pelos alunos da UCPel.





O Conselheiro Oritz registra que membros do Ministério Público foram convidados a participar da presente reunião, no entanto, por questões de agenda não puderam comparecer.

Jacqueline se refere às quatro principais linhas de atuação mencionadas pelo Presidente Tiago, pois em muitos casos o IPHAN precisa se ater às questões jurídicas na tentativa de segurar ou preservar um imóvel, como a Catedral de Porto Alegre, por exemplo. Comenta sobre a falta de uma Vara de Justiça especializada, porém relata que há um movimento na tentativa de criar uma vara ambiental, onde o CAU/RS poderia unir seus esforços.

A Conselheira Helenice diz que o Arquiteto é um dos agentes que promove o restauro através do seu trabalho, então, complementando o que já foi tratado, em especial, que o CAU/RS poderia ser um agenciador, mediador, promotor de algumas ações desmistificando algumas leis de incentivo, sugere que este Conselho também poderia munir os profissionais que trabalham na área com informações relevantes, como projeto de restauro. Questiona por que não existem muitos Arquitetos que trabalham com restauro. Porque a maioria, quando se depara com o projeto, tem várias dúvidas por falta de informação. Cita que, dentro de programas de orçamentos, não existem orçamentos específicas para a linha de restauro, apesar das composições muito particulares de cada imóvel. Neste quesito, o CAU/RS poderia promover e complementar a formação dos profissionais, pois as disciplinas oferecidas nas universidades têm um conteúdo limitado. Comenta que na maioria dos casos é necessário superestimar os danos de um imóvel no momento de realizar o orçamento, visto que não é possível saber previamente o que se vai encontrar, tornando o projeto muitas vezes inviável. Cita exemplos da cidade de Pelotas e entorno. Propõe que o CAU/RS atue como um apoiador junto a instituições como o IPHAN e o IPHAE, por exemplo.

Sant'Anna sugere que o CAU/RS, através de patrocínio, promova a formação continuada de Arquitetos na área, podendo ser realizada através das entidades de classe. Também aproveita para falar sobre o descumprimento de normas em licitações por parte das empreiteiras, o que não é adequadamente fiscalizado nem cobrado pelo poder público. Cita casos existentes na Capital.

Helenice comenta que na ocasião em que houve a demolição de uma obra no Município de Caxias do Sul, discutiu-se aqui na Comissão de Exercício Profissional sobre o que é antigo e o que é patrimônio. Diz que o CAU/RS vem lançando, ao longo dos anos, alguns Cadernos Técnicos, sendo que o próximo será sobre Patrimônio Histórico. Então, questiona se os presentes teriam sugestões de como abordar o que é Patrimônio Histórico neste Caderno.

Gisela informa que o Município de Pelotas está atualizando novamente o seu inventário de PH, que será apresentado à Prefeitura com um aumento da zona e a inclusão do projeto de restauração.

O Conselheiro Jorge menciona que as questões discutidas hoje são bem sensíveis e poderão gerar reuniões temáticas com o intuito de mapear boas soluções. Comenta que o tema inventário já está sendo debatido em Porto Alegre e que, apesar de acreditar que aqui não seja a esfera adequada para tratar do assunto, o





CAU/RS poderia participar na educação patrimonial. Recomenda que a partir das provocações trazidas pelos presentes, sejam buscadas novas lideranças e outras instituições que possam vir a contribuir para estes debates. Complementa dizendo que devemos entender a pluralidade do Patrimônio Histórico com suas dimensões - simbólica, cultural, de identidade e também econômica, que poderão servir de norte para a tomada de decisões, e sobre a importância de se criar normativas gerais, a fim de equalizar questões como os inventários, visto que instrumentos públicos existem. Como caminhos a seguir, propõe uma parceria junto à FAMURS, que tem ampla penetração nos municípios e, portanto, acesso aos seus gestores de cultura, assim como junto ao CAOMA (Ministério Público), que instituiu um Grupo de Trabalho que acompanha políticas municipais de patrimônio com um projeto piloto em Ivoti.

Juliana se manifesta sobre os inventários, pois participou ativamente do trabalho e conhece a metodologia utilizada. Informa que o IPHAN segue as normativas do governo federal para a elaboração do inventário de imóveis federais e que, apesar de haver mais de 200 cadastrados no estado, por vezes estes não são localizados no SIGPHAN por ser um sistema mais recente. Explica como se dá o cadastramento dos patrimônios. Informa também que foi criado, há aproximadamente três anos, o INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais. Corrobora com a ideia da criação de uma Vara Ambiental na Justiça, tendo em vista que por mais cauteloso que seja o Ministério Público, ele desconhece muitas das questões do patrimônio, o que a preocupa bastante. Cita um processo que o IPHAN foi processado e condenado a restaurar o imóvel privado apesar do Ministério Público não ter realizado a devida avaliação. Desta forma, sugere que o CAU/RS possa ajudar no sentido de que seja possível aplicar a razoabilidade nos recursos públicos em prol do patrimônio.

Lisandra pensa que talvez o CAU/RS pudesse criar uma rede com os municípios do interior, que são quase 500 frente à equipe enxuta do IPHAE. Relata que recebem muitas ligações do interior do estado visando o esclarecimento de dúvidas e que muitos municípios têm a visão de que o patrimônio tombado é um problema em várias instâncias. Sugere a realização de reuniões regionais sobre o tema.

O Conselheiro Oritz menciona que se desejarem colocar em prática 10% (dez por cento) das ações mencionadas nesta reunião, será necessário quadruplicar o quadro de trabalho do IPHAN, IPHAE e no Ministério Público. São pautas que se somam, pois necessitamos também amplificar a atuação destas instituições através da contratação de mais arquitetos e técnicos de todas as áreas pertinentes, visando fortalecer os seus quadros de trabalho e aumentar a sua produtividade.

Concluindo, o Conselheiro Oritz informa que este Conselho aprovou a implantação dos Escritórios Regionais, tendo realizado reuniões com as autoridades das cidades de Santa Maria e Caxias do Sul. As próximas cidades a serem visitadas serão Pelotas e Passo Fundo. Informa que o CAU/RS tenciona instalar-se em imóveis tombados nas referidas cidades. Desde já, solicita a colaboração para responderem ao questionário que lhes será encaminhado e coloca esta Comissão à disposição para futuras manifestações dos presentes.






**CAU/RS**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul

  
**ORITZ ADRIANO ADAMS DE CAMPOS**  
Coordenador

  
**HELENICE MACEDO DO COUTO**  
Coordenadora Adjunta

  
**MATIAS REVELLO VAZQUEZ**  
Membro

  
**MARCIA ELIZABETH MARTINS**  
Membro Suplente

  
**RAQUEL DIAS COLL OLIVEIRA**  
Assessoria

  
**DENISE LIMA**  
Assessoria